

O TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS¹

Luana Luiza Nascimento Lombardi²

Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

A inserção da mulher no mundo do trabalho reflete a ressignificação do papel da mulher na sociedade e no contexto familiar, contudo muitos são os desafios enfrentados em busca de espaço e protagonismo. Essa lógica desigual também é vista no campo, de modo que as mulheres camponesas possuem desafios e demandas diferentes de outras mulheres trabalhadoras. Nesse contexto, a Agroecologia desponta como uma busca por compreender as questões de gênero no campo, em uma dimensão efetivamente inclusiva, construindo um feminismo genuinamente plural. Assim sendo, tratar dessa temática à luz da Psicologia sustenta uma reflexão sobre a igualdade de gênero e sobre a identidade da mulher enquanto sujeito político. O objetivo deste trabalho, portanto, foi discutir o feminismo popular camponês e as estratégias de organização das mulheres camponesas. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa. Os resultados indicam que a organização e compreensão da pluralidade dentro dos modos de vida das mulheres proposta pelo feminismo popular camponês promoveram um redirecionamento não apenas do movimento feminista, como dos próprios movimentos camponeses. Foi possível concluir, portanto, que a Psicologia embora tenha sustentado diversas discussões na luta das mulheres camponesas, ainda necessita se aproximar mais dos espaços rurais, visando o fortalecimento da discussão acerca de gênero, autonomia e emancipação feminina.

Palavras-chave: Agroecologia. Feminismo Popular Camponês. Mulher no campo.

WOMEN'S WORK IN AGROECOLOGY: A REFLECTION ON PEASANT FEMINISM

ABSTRACT

The inclusion of women in the world of work reflects the redefinition of women's role in society and in the family context. However, there are many challenges faced in the search for space and protagonism. This unequal logic is also seen in the countryside, so that peasant women have different challenges and demands than other working women. In this context, Agroecology emerges as a search for understanding gender

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 25/05/2024 e aprovado, após reformulações, em 24/06/2025.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: lululombardi@gmail.com

³ Mestrado profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

issues in the countryside, in an effectively inclusive dimension, building a genuinely plural feminism. Therefore, addressing this theme in the light of Psychology supports a reflection on gender equality and on the identity of women as political subjects. The objective of this work, therefore, was to discuss peasant popular feminism and the strategies of organizing peasant women. To this end, a narrative review was carried out. The results indicate that the organization and understanding of plurality within women's ways of life proposed by peasant popular feminism promoted a redirection not only of the feminist movement, but of the peasant movements themselves. It was possible to conclude, therefore, that Psychology, although it has supported several discussions in the struggle of peasant women, still needs to get closer to rural spaces, aiming to strengthen the discussion about gender, autonomy and female emancipation.

Keywords: Agroecology. Popular Peasant Feminism. Woman in the field.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, no Brasil, a psicologia apresentou traços de urbanidade e eurocentrismo, ignorando a diversidade de sujeitos e demandas da realidade do país. Paulatinamente, a psicologia, enquanto ciência e profissão, tem se aproximado da temática das ruralidades em busca de melhor considerar a pluralidade de contextos e de vozes que ressoam.

O acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho ainda esbarra em entraves decorrentes de uma sociedade patriarcal que determina as relações sociais (Ferreira, 2020). Desse modo, a desigualdade de gênero ainda é vista no ambiente de trabalho, seja no campo ou nos centros urbanos.

Embora mulheres do campo e da floresta vivenciem realidades e lutas distintas tanto em sua própria pluralidade como das mulheres urbanas, há uma convergência de lutas pela aceitação dos seus conhecimentos e saberes, pela visibilidade e remuneração justa dos seus trabalhos. Essas pautas de luta se ampliam em acesso à terra, pela agroecologia, soberania e segurança alimentar, contra a violência no campo (Alves; Sell; Campos, 2018).

O feminismo camponês popular é construído nesse contexto, como uma organização internacionalista, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, anti-LGBTQIAPN+fóbica e decolonialista, capaz de fortalecer as mulheres como sujeitos políticos, construtoras de conhecimento e mantenedoras da vida através da sua reprodução e manutenção. Ele é construído e retroalimentado em cada participação

política, seja nas marchas pelas terras, na organização de cooperativas, na luta pelas escolas e na organização do plantio, das colheitas e na guarda das sementes, nos cuidados com a vida e com a comunidade. Promove a autonomia e fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos e através da construção de conhecimentos metodológicos, pode recuperar a visibilidade e reconhecimento das mesmas como sujeitos de construção de conhecimentos e saberes para a reprodução e manutenção da vida, valorizando assim o que é desvalorizado pelo capitalismo e conhecimento hegemônico. Valoriza a sustentabilidade da vida na perspectiva das mulheres e não do capitalismo, na sua relação com a natureza, com o trabalho de cuidados, de reprodução e manutenção da vida. Trabalho este que, na lógica patriarcal, capitalista, e colonialista, acaba ocupando o campo de um trabalho invisibilizado e não remunerado, causando a perda de autonomia e empobrecimento das mulheres do campo e das florestas, aumentando assim a vulnerabilidade às opressões (Calaça, 2021).

Uma das questões mais relevantes quando o assunto são os modos de vida camponeses atualmente é Agroecologia, um campo em disputa que alude a ideias, experiências, práticas, tecnologias produtivas, que assumem abordagens distintas conforme os atores que atuam em sua mobilização (Costa; Dimenstein; Leite, 2020). A partir da Agroecologia, busca-se, não só o desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo, mas também uma nova perspectiva para as relações entre homens, mulheres e natureza de modo social e ecologicamente sustentável (Altieri; Icholls, 2020). Desse modo, a agroecologia não se restringe à produção agrícola orgânica, não apenas por priorizar a utilização de recursos do próprio estabelecimento sem acelerar os tempos da natureza, como também pela defesa de um projeto político para a sociedade.

No Brasil, a agroecologia é fomentada pelos movimentos sociais do campo, já estruturados nacionalmente, em torno de um projeto contra-hegemônico, por oposição ao agronegócio, criticando a dependência, as desigualdades sociais e os prejuízos ambientais inerentes a esse modelo, a fim de construir alternativas para práticas e relações sociais que assegurem maior autonomia e sustentabilidade (Steenbock et al., 2013).

A implementação de práticas agroecológicas em assentamentos rurais no Brasil tem mostrado resultados promissores na promoção da segurança alimentar e

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

na autonomia das mulheres. Um estudo de caso em uma cooperativa agrícola no Paraná revelou que a participação das mulheres em práticas agroecológicas aumentou significativamente a renda familiar e melhorou a qualidade de vida (ALTIERI, Ano, p. 121). Além disso, as iniciativas agroecológicas lideradas por mulheres têm demonstrado ser eficazes na conservação da biodiversidade e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis (ALTIERI, Ano, p. 122).

Foi justamente no seio desses movimentos de luta pela terra e de produção agroecológica que emergiu uma perspectiva feminista, interligando os âmbitos local e nacional e defendendo que os fins de autonomia e sustentabilidade requerem a transformação das relações com a natureza e das relações de gênero (Filipak, 2017). Tal compreensão defende a busca pelo reconhecimento da produção e o conhecimento agroecológicos das mulheres, pela valorização dessa produção de forma monetária e não monetária e pelo fortalecimento da expressão política das mulheres agricultoras (Hillenkamp; Nobre, 2018).

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir o feminismo popular camponês e as estratégias de organização das mulheres camponesas. De forma mais específica, busca-se refletir sobre o papel da mulher na reprodução social do trabalho; debater os retrocessos atuais no que tange às mulheres e ao campesinato; e caracterizar o campesinato, a agroecologia, as lutas das mulheres camponesas no Brasil e o feminismo popular camponês.

Esse estudo consiste em uma revisão narrativa. Trata-se de um método que agrupa, analisa e resume os resultados de pesquisas sobre um determinado tema. Essa abordagem literária implica na delimitação de critérios bem definidos acerca do levantamento de dados, interpretação e apresentação dos resultados, desde a iniciação da pesquisa. Dessa forma, foram adotadas as seis etapas indicadas para a constituição da pesquisa: 1) identificação do tema e definição da pergunta de pesquisa; 2) seleção dos critérios de inclusão e exclusão de estudos e amostragem; 3) coleta de dados; 4) apreciação crítica dos dados obtidos, reconhecendo diferenças e conflitos; 5) análise dos resultados; 6) apresentação da revisão / síntese do conhecimento (Cunha; Cunha; Alves, 2015).

A identificação da temática se iniciou com a delimitação dos descritores utilizadas para pesquisa inicial, a saber: “agroecologia”, “feminismo popular camponês;”, “mulher no campo”, usando o conectivo and/e. Em seguida, foi **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483**

identificada a questão de pesquisa: “Como o feminismo popular camponês contribui para a emancipação da mulher do campo?” Uma pergunta bem definida é o ponto de partida em uma boa revisão integrativa. Isso porque, a partir dessa questão, definem-se quais estratégias serão utilizadas para identificar os estudos que serão incluídos e quais serão os dados que necessitam ser coletados de cada estudo (Cordeiro et al, 2007).

A segunda fase da pesquisa é a definição dos critérios de inclusão e exclusão, visando à coerência com a questão da pesquisa. Os critérios de inclusão e exclusão devem ser definidos com clareza e objetividade, considerando-se que estes podem ser modificados no decorrer da busca dos artigos e do desenvolvimento da revisão integrativa (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Para a fundamentação teórica, buscou-se – além de livros – artigos nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, a partir dos descritores já mencionados. O critério de inclusão empregado para a seleção dos estudos foi a relação entre os conteúdos desses e a questão norteadora do estudo, a partir do recorte temporal compreendido entre os anos de 1990 e 2024, excluindo estudos em moldes de editorial, carta ao editor, revisão e opinião de especialistas e que não atendessem os critérios inclusivos já mencionados.

Posteriormente, a análise e interpretação dos resultados foram expostas em forma de discussão. Realizou-se a interpretação dos dados e, a partir disso, pode-se constatar as limitações do conhecimento existentes e sugerir novas pesquisas (Botelho, Cunha; Macedo, 2011). Posterior à coleta e categorização dos dados, foi efetivada uma revisão dos estudos incluídos, visando relacionar e comparar os apontamentos, conclusões e as implicações resultantes da revisão integrativa com o aporte teórico.

3 QUESTÕES SOBRE TRABALHO, GÊNERO E O PAPEL DA MULHER NA REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO CAMPO

A inserção da mulher no mercado de trabalho ampliou-se ao longo dos anos, levando a mudanças nos índices de fecundidade, aumento da escolaridade feminina e aumento da renda familiar (Barbosa, 2007). Contudo, em alguns segmentos a exemplo da agroecologia, ainda se percebe uma resistência maior da presença feminina no trabalho no campo. A fim de assegurar a igualdade entre gêneros, aspecto

essencial à dignidade humana, o Direito Internacional aborda substancialmente os direitos das mulheres em relação ao trabalho por intermédio de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), orientando que os países signatários tratem da garantia e proteção da mulher em suas legislações, contemplando o direito ao emprego, o auxílio à maternidade, a proteção contra a demissão em decorrência da gestação (Lima, 2021).

A ideia de igualdade é discutida desde as sociedades antigas. Inicialmente, a regra era a percepção da desigualdade como uma condição natural entre os seres humanos, permeadas por certo determinismo natural. O primeiro filósofo a analisar a condição desigual dos seres humanos foi Platão e pode-se perceber em seu pensamento a crença em uma desigualdade natural entre os seres humanos, considerando alguns como cidadãos de virtude, dignos de conhecimento e poder e outros como ignorantes, que haviam nascido para serem comandados. O pensamento de Platão foi o precursor do conceito de igualdade / desigualdade entre os seres humanos. O conceito contemporâneo de igualdade evoluiu para o princípio da isonomia equidade que consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, com o objetivo de obter uma igualdade efetiva. O termo jurídico para isonomia define que todos são iguais perante a lei, não devendo ser feita nenhuma distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situação (Bittar; Almeida, 2010).

Quando se aborda as iniquidades de gênero, percebe-se um problema ainda mais complexo. Na concepção inicial, o termo gênero é utilizado para designar o gênero social do indivíduo, partindo de uma concepção binária dividida entre masculino e feminino, gênero seria aquilo que diferencia homens e mulheres, não devendo ser confundido com sexo, uma vez que este está ligado puramente a aspectos biológicos, o gênero se refere a um conceito mais amplo, que permeia as peculiaridades da análise social e cultural. Gênero em geral é uma subdivisão de determinada espécie. No caso, os seres humanos são divididos pelos gêneros masculino e feminino. A construção social dos estudos de gênero busca se afastar de um conceito puramente biológico para designar relações sociais e subjetivas. De acordo com Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder. O mundo e as relações entre os

indivíduos são marcados por uma grande divisão onde o gênero constitui fator determinante para a forma em que o indivíduo estará inserido na sociedade.

Inserido pelo feminismo e pelos estudos acadêmicos sobre mulheres na década de 70, o conceito de gênero vem sendo compreendido de modos diferentes e de acordo com cada corrente do movimento feminista. Carvalho (1998) afirma que a utilização mais frequente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. Para os teóricos da diferença, o conceito de gênero está relacionado a marcas culturais femininos estabelecidos socialmente sobre a base biológica, de maneira que passa a existir uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central de análise, fundamental na definição de estratégias de ação (Farah, 2004). O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder. Fujiwara (2002) acrescenta que a definição de gênero, ao destacar as relações sociais entre os sexos, possibilita a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, que refletem as desigualdades de poder.

Dessa forma, compreendido como construção histórica, sociocultural e educacional de noções do binômio de feminilidade/masculinidade, constituída na diferença sexual, o conceito de gênero vem sendo elaborado e discutido buscando desnaturalizar as diferenças e denunciar as desigualdades de sexo. Logo, gênero está relacionado aos processos individuais, sociais, institucionais, que não se encerram e não são fixos e lineares, pelos quais os sujeitos vão se constituindo como masculinos e/ou femininos, em um contexto cultural e de relações de poder (Meyer, 2003). Fundamentando-se na concepção de que as diferenças não são apenas instituídas pela natureza, e sim produzidas na/pela cultura, o conceito de gênero subsidia a problematização das desigualdades sociais que se apoiam em diferenças (corporais, psíquicas e sociais) usadas para classificar e hierarquizar indivíduos como homens e mulheres, assim como as distintas expressões de masculinidade e feminilidade.

Apontado pelas Nações Unidas como um dos objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero é um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa. Com base na dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade é pilar fundamental do Estado democrático e importante

diretriz da estruturação de um sistema político e jurídico, sendo um de seus desdobramentos o princípio da igualdade de gênero.

De acordo com Siqueira (2018), o desenvolvimento do Brasil tem evidenciado ainda mais a desigualdade entre gênero nas ocupações bem como na sociedade, isso porque, como tratado no tópico anterior, a partir do papel doméstico desempenhado por mulheres, o mercado de trabalho passou a exigir qualificações de modo que capacitasse essas mulheres a fim de subordiná-las funções além do âmbito doméstico. Portanto, além das atividades domésticas e familiares não deixaram de ser atribuídas às mulheres, muito pelo contrário, isso só reafirma mais ainda a naturalização do papel das mulheres no sistema social. Diante desse contexto, observa-se que o trabalho doméstico garante condições fundamentais para a realização dessas atividades remuneradas por seus maridos, tido como provedores do lar, se sujeitando a longas jornadas de trabalhado somadas a horas extras para garantir renda extra. Nesse sentido, os homens, mesmo que instrúissem as mulheres a possuírem a mesma capacidade para desempenhar algumas de suas funções, os princípios conservadores iriam continuar atuando como um obstáculo para reconhecê-las como cidadãs de direito.

Ademais, a participação das mulheres de maneira lenta no mercado de trabalho passou as inserirem nas piores funções, sujeitando-se a condições precárias e recebendo salário baixos em vista daqueles que ocupam a mesmas funções e nas mesmas condições. Dados estatísticos evidenciam que em 1920 a mão-de-obra feminina superava dois terços da mão-de-obra brasileira nas indústrias e no setor do vestuário, costura, cigarros e bordados (Barbosa, 2007).

Apesar de considerável avanço no tocante ao acesso da mulher ao trabalho formal, quando se pensa no desenvolvimento profissional e na carreira, ainda se percebe um abismo significativo de possibilidades entre homens e mulheres. Fraga e Rocha-de-Oliveira (2020) explicam que sempre há contextos generificados nas carreiras, de modo que existem diversos elementos e fatores que determinam as iniquidades de gênero em que elas se desenvolvem.

Retomando a ideia de que gênero sugere relações sociais e de distinção sexual, caracterizadas por estruturas de poder, surge nas teorias que tratam do espaço da mulher nas empresas, a análise do “teto de vidro” (Ezzedeen; Budworth; Baker, 2015), que representa uma limitação invisível, mas real, para as mulheres na

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

busca por liderança e desenvolvimento profissional. Além de que, a carreira necessita de um plano que contemple as necessidades dos indivíduos, considerando seus aspectos pessoais, físicos e psíquicos visando o seu bem-estar (Colet; Mozzato; Oltramari, 2017). As demandas do trabalho somadas às demandas da família, ratificam a vivência do conflito entre essas duas instituições, na qual os papéis exercidos no trabalho e na família concorrem pelo tempo disponível da mulher, provocando um desequilíbrio. Essa experiência desencadeia um complexo de desgastes, que conjuga excesso de esforço físico e/ou psicológico, que quase sempre leva à exaustão (Soffiatti, 2022).

A relação entre trabalho e gênero, portanto, devem confluir para solidificar novas proposições e argumentos para a elaboração de um movimento pluralista ampliado. Ferguson (2019) destaca que o feminismo da reprodução social, de uma maneira abrangente e ampliada, deve buscar o desenvolvimento de uma concepção do trabalho e do gênero que expande a compreensão de classe e de sua luta política. Vale ressaltar que, por reprodução social, neste trabalho, não se entende a reprodução do capital em um sentido ampliado, mas sim a reprodução física, geracional, material e psicológica da força de trabalho (Arruzza; Bhattacharya, 2023).

Não se pode ignorar os atributos hierárquicos do trabalho no simbolismo camponês, que impacta as relações de gênero nos espaços rurais. A produção, a geração de renda, a construção de uma identidade provedora e da autoridade masculina “requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda” (Esmeraldo, 2013, p. 240).

A divisão do trabalho estabeleceu limites a cada indivíduo a campos profissionais específicos, nos quais se deve permanecer “se não quiser perder seus meios de sobrevivência” (MARX;ENGELS, 1998, p. 28).

A divisão sexual do trabalho se expressa em um segmento da divisão do trabalho, considerando a exploração que resulta da desigualdade de gêneros. Cisne (2004, p. 127) explica que “analisar a categoria trabalho na sociedade capitalista também exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher”. Nota-se a existência de uma submissão história da mulher ao homem, visto que isso influi diretamente nas desigualdades que emergiram entre os sexos.

Percebem-se, pois, aspectos estruturais na divisão sexual do trabalho, que compreendem a exploração do trabalho, bem como a desqualificação das mulheres como sujeito histórico da sociedade.

Assim, a divisão sexual do trabalho diz respeito à “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Em outras palavras, é o modo pelo qual o trabalho social é dividido em virtude das relações sociais entre os gêneros, em uma organização que corresponde às diretrizes da separação e da hierarquização em diferentes dimensões da vida (Biroli; Quintela, 2020).

Percebe-se, nesse sentido, a invisibilidade do trabalho da mulher, de sua identidade como sujeito e mais: a perpetuação de um sistema ainda mais complexo de valores e representações sociais que revelam as desigualdades de gênero. Nesse sentido, explica Fontenele (2020, p.1), “a luta das Mulheres rurais tem sido de resistir tanto ao sistema colonizador, como às cobranças e implicações da produção de mercado”.

3.1 UMA ABORDAGEM FEMININISTA NA AGROECOLOGIA

A agroecologia se fundamenta na concepção da economia a partir da reprodução de todos os recursos indispensáveis à vida, isto é, nos termos da economia feminista, o fornecimento, produção e distribuição de todas as “necessidades e conveniências da vida” (Nelson, 1995, p. 143), tendo na produção e no consumo de alimentos os primeiros passos para discussões e mudanças que buscam democratizar todas as relações de poder envolvidas na reprodução social. Tal concepção pretende ampliar um entendimento linear de produção para a acumulação capitalista, bem como dos temas críticos a ela relacionados e de sua ligação com o modo de produção doméstica (Delphy, 1998), reforçando que o empenho real e conceitual da agroecologia feminista é a promoção de uma compreensão mais ampla e circular do sistema econômico e de suas condições de reprodução.

Ao pensar nas raízes da agroecologia, encontra-se um emaranhado de processos históricos e relações sociais que evidenciam sua ligação com as práxis camponesas e dos povos originários em uma perspectiva de resistência ao avanço do capitalismo no campo. Dias e colaboradores (2021), na obra “Dicionário de agroecologia e educação”, explicam que “os princípios da agroecologia são baseados na biodiversidade, sustentabilidade e justiça social, buscando a integração harmoniosa entre seres humanos e natureza” (p.1).

No decorrer de seu processo histórico, a agroecologia tomou para si ideias filosóficas e científicas, construindo suas práxis a partir da tríade: prática, ciência e luta.

A trajetória da agroecologia é fruto de um processo mais amplo e gradativo, construído por mulheres agricultoras, equipes de ONGs, gestores Públicos e docentes universitárias de diversas regiões brasileiras. Esse percurso resultante de intensos debates e lutas propiciou a compreensão de um ator político protegendo a perspectiva da agroecologia feminista, frente à significativas transformações do Estado, das políticas públicas e dos modos de mobilização da sociedade, para entender as especificidades de cada grupo ou região (Hillenkamp; Nobre, 2018).

Esse processo se inicia na crítica da modernização conservadora do campo, formato propagado entre “pequenos” produtores pelas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na década de 40 e ratificado pelas ditaduras militares já nas décadas de 60 e 70 (Delgado, 2010). Durante esse tempo, o modelo foi criticado pelas forças democráticas populares, que atuavam na defesa de temas como a reforma agrária e direitos econômicos e sociais, desde as Ligas Camponesas, instituídas em 1955, seguidas pelo novo sindicalismo rural no âmbito da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963 e, posteriormente, pelo Movimento dos Rurais Trabalhadores Sem Terra, em 1984 (Grisa; Schneider, 2014).

Luzzi (2007) explica que surgiu, na década de 80, um novo paradigma dessa agenda democrática e popular a partir da formação de uma rede de profissionais da agronomia que defendiam o movimento da agricultura alternativa, ao mesmo tempo em as mulheres do campo passaram a se organizar em prol do sindicalismo rural e por acesso ao direito ao auxílio maternidade e à aposentadoria especial rural. Essas mulheres instituíram suas próprias organizações, a exemplo do Movimento de

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

Mulheres Camponesas (MMC), fundado no Sul do país em 1983 e unificado nacionalmente vinte anos depois, e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE), criado em 1986 e presente em diversos estados do Nordeste, bem como por organizações mistas, como a CONTAG e o MST (Filipak, 2017).

A partir da década de 90, essas mobilizações partem para uma questão dupla, considerando o lugar das mulheres na produção e dos modos de produzir. Tais movimentos somados ao incentivo da cooperação internacional para a inclusão da temática de gênero nos projetos de desenvolvimento, possibilitou nessa mesma década uma nova vertente nas organizações da agricultura alternativa, fazendo emergir um novo segmento, inicialmente chamado de “gênero e agricultura familiar”. Já no começo dos anos 2000, foi instituída a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), agrupando movimentos do campo e ONGs, a fim de coordenar ações, pressionar políticos e atrair o apelo social às pautas. Masson e Conway (2017) salientam que as pautas da luta pela soberania alimentar e a agroecologia começam a florescer em alguns movimentos feministas, principalmente a partir da Marcha Mundial das Mulheres, auxiliando em um processo de desurbanização das pautas do feminismo brasileiro.

Os governos Lula e Dilma (2003 a 2016) ampliaram os espaços e participação dos movimentos sociais e das ONGs na construção e gestão das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário, envolvendo compras governamentais de produtos da agricultura familiar, crédito rural, documentação das trabalhadoras rurais, novas modalidades “públicas e universais” de ATER e agroecologia. Em 2010, com a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPRM/MDA), novos avanços foram conquistados para as mulheres do campo, tais como a convocação pública de mulheres rurais para a ATER. Contudo, esses avanços foram interrompidos em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e os governos que se seguiram.

Cabe aqui ressaltar a constante luta dos camponeses em busca de autonomia. Van der Ploeg (2011) explica que os camponeses foram e ainda são essenciais para construção e consolidação da agroecologia. Para o autor, a agroecologia deve ser pensada sobre três dimensões:

A agroecologia é uma teoria crítica. Ela compõe uma crítica radical sobre as dimensões ecológica, agrônômica, social e econômica relacionadas ao crescimento dos sistemas agrícolas industrializados no mundo e dos

impactos dramáticos destes sistemas. [...] Agroecologia é uma prática. É a prática daqueles que estão aplicando, explícita ou implicitamente, reflexões alternativas que são acumuladas e elaboradas, em seguida, no nível da teoria. [...] Agroecologia é um movimento social. Um movimento, não somente daqueles que estão diretamente envolvidos nas práticas e/ou nas teorias sobre agroecologia; ela deve envolver diversos atores, isto é, todos os interessados em um alimento bom e seguro, em um ambiente limpo, na justiça social e em relações bem equilibradas entre cidade e campo (VAN DER PLOEG, 2011, p. 47).

Para além das questões ambientais, a agroecologia também se insere em uma concepção política, uma vez que as relações de poder, que são políticas, atravessam as relações sociais e ambientais.

Nesse sentido, Candiotto (2020) salienta que a compreensão da agroecologia como algo específico dos camponeses consiste em um posicionamento político necessário no combate a uma tentativa de limitá-lo a uma perspectiva institucional e/ou científica. Essa compreensão se baseia, principalmente, em movimentos sociais do campo e nas ideias defendidas por pesquisadores, ativistas e agricultores dos países colonizados.

Siliprandi (2017) ressalta que a participação das mulheres agricultoras no questionamento de pautas sobre o campo agroecológico, favoreceu a expansão e o aprofundamento das discussões acerca desse campo, à luz da visão de gênero. Por outro lado, as mulheres agricultoras questionam também a relação com os feminismos, ressaltando a importância de recortes e multiplicidade nas pautas e narrativas, de modo a incluir todas as mulheres, rompendo com a hegemonia de algum grupo (Costa; Dimenstein; Leite, 2020).

Na agroecologia, as mulheres possuem um papel significativo não apenas como força de trabalho, mas como promotoras de práticas sustentáveis, de modo de feminismo e agroecologia coexistem de forma intrínseca, uma vez que a “agroecologia busca transformar as estruturas patriarcais que permeiam a agricultura tradicional, promovendo a autonomia das mulheres” (Dias et al., 2021, p.9).

Entende-se, pois, que a agroecologia ultrapassa os limites da matriz produtiva, trazendo uma perspectiva de luta efetiva contra todas as opressões, de modo que agroecologia e feminismo coexistem de forma indissociável, contemplando a pluralidade em todos os contextos e dimensões, como será tratado a seguir.

3.2.1 bell hooks⁴, feminismos plurais e a Psicologia

A Psicologia Social versa em torno do binômio indivíduo-sociedade, contemplando as relações que os sujeitos mantêm entre si e com o meio (Ferreira, 2010), podendo contribuir para discussões mais profundas acerca de temas como representação, identidades, discursos e linguagem, buscando entender como as relações entre essas questões e sobre como ajudam na formação do indivíduo e no contexto das sociedades.

No Brasil, observou-se uma proposição diferente para a Psicologia social, sobretudo a partir da criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que serviu como base para a constituição da Psicologia sócio-histórica, a partir de uma perspectiva sociológica pautada na multidisciplinaridade (Bonfim, 2004). Dessa forma, a Psicologia Social no contexto brasileiro trilhou percursos complexos, com diferentes abordagens, tanto no campo prático como no teórico (Roso et al., 2021).

A Psicologia Social no panorama brasileiro tem como maior influência a de Sílvia Lane que buscou superar a ideia de uma psicologia social que se fundamentasse nas relações entre sujeitos e influências sociais, para pensar no indivíduo como ser histórico, a dialética entre sujeito e sociedade, e a busca pela transformação da realidade, visando à compreensão do sujeito em relação dialética com a sociedade; a composição histórica e social do indivíduo e os subsídios que esclarecem os processos de consciência e alienação; bem como as possibilidades de (re) ação do sujeito diante das determinações sociais.

Com base nessas concepções, Lane desenvolveu a perspectiva de uma subjetividade em uma abordagem dialética, considerando subjetividade e objetividade. Ao se ocupar com o fazer humano, a autora introduziu na perspectiva da Psicologia a necessidade de se considerar a realidade mais específica, a partir do entendimento de que a Psicologia deve voltar o seu olhar também para as necessidades, virtudes e problemas vividos pela maioria dos sujeitos de uma sociedade. Foi neste cenário, que a ideia de que “toda a psicologia é social” inspirou

⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins e a grafia de seu nome em letras minúsculas reflete o posicionamento político da filósofa, que acredita que o foco deve ser no conteúdo de suas obras, e não em sua pessoa.

a proposição de uma psicologia social essencialmente ajustada aos sujeitos brasileiros (Rocha, 2024).

Historicamente, a psicologia brasileira é urbana, preservando raízes europeias e moldes coloniais que não consideram as especificidades e a complexidade da realidade do povo brasileiro (Ferreira-Moura et al., 2019). Em um cenário mais recente, a partir da redemocratização, a Psicologia voltou seu olhar para os processos de conscientização da população, em uma tentativa de emancipação.

Nesse contexto, pensa-se em uma psicologia alinhada à descolonização, como forma de superar as questões de classe, de raça, de gênero e de território, encontrando no feminismo um importante aliado.

De acordo com bell hooks (2019), a apropriação do feminismo no meio mais acadêmico foi marcado pela prevalência de mulheres brancas, o que favoreceu a redução significativa de seu caráter político de transformação social desde as bases. Observa-se, nesse contexto, que mulheres negras, indígenas e periféricas, embora sejam temas em estudos, acabam por serem silenciadas quando pessoas brancas passam a representá-las. Em outras palavras, essas mulheres são úteis como objetos de interesses de estudos, mas não como sujeitos de fala. Assim sendo, a busca por feminismos plurais assinala a necessidade e urgência de construção de outras narrativas. Recorre-se novamente a hooks (2019) para falar dessa transição de objetos para sujeitas.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019, p. 39).

Entende-se, nesse sentido, a importância de um diálogo intersetorial e efetivamente plural dentro do feminismo, a fim de romper com uma narrativa única e continua sendo excludente. Isso porque não é possível unificar a vivência das mulheres que constituem a Agroecologia, tendo em vista que suas experiências e panoramas são diferentes, bem como suas demandas e necessidades.

Assim sendo, “o feminismo camponês e popular critica a exploração capitalista e patriarcal da natureza e das mulheres, propondo uma visão integrada de justiça ambiental e social” (hooks, 1993, p. 3).

Gois (2023) defende que a pauta feminista deve ter uma abordagem efetivamente decolonial e anticapitalista, reduzindo o valor da produção acadêmica e dos documentos escritos a partir de uma única perspectiva (em geral, pelo homem branco), para estimar em uma maior proporção a tradição dos povos originários e os saberes de mulheres que se mantêm em um modo de vida comunitário, seja indígenas, camponesas ou negras, isso porque as mulheres que preservam um modo de vida comunitária trazem vivências diferentes.

Nesta perspectiva, há de se falar em feminismos, a partir da compreensão das diferenças e pluralidades existentes entre as mulheres. Assim sendo, o plural aponta para a necessidade de afastamento de ideias e conceitos que universalizam, e, por conseguinte, acabam por invisibilizar a categoria “mulher”, de modo que se urge refletir sobre proposições de feminismos a partir da teoria interseccional, considerando as opressões de raça, gênero, classe e etnia atuando de maneira entrecruzada na vida dessas mulheres. Crenshaw (2002, p.177) salienta que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

De igual modo, Ribeiro (2016) explica que a fundamentação na interseccionalidade feminista revela o entendimento de que não existe uma hierarquia entre os tipos de opressão e que é preciso compreender que as opressões são estruturantes e que se deve buscar uma ruptura com as suas próprias estruturas.

Ainda corroborando com essas afirmações, estudos apontam que as mulheres negras no campo enfrentam uma dupla discriminação, tanto de gênero quanto de raça, o que agrava ainda mais suas condições de trabalho e de vida (DEDECCA, Ano, p. 36). A inclusão de uma perspectiva interseccional nas políticas públicas é fundamental para abordar as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres rurais (DEDECCA, Ano, p. 37).

A partir desta compreensão, surgiram novas proposições no campo teórico e político sobre o feminismo, buscando jogar luz as narrativas, outrora, invisibilizadas dentro do próprio movimento feminista, tais como as mulheres do campo que carregam consigo demandas e narrativas específicas ao contexto rural e totalmente diversas aos contextos da mulher que vive em contextos urbanos.

Mulheres camponesas se organizaram em diversos estados do Brasil, destacando-se um movimento autônomo e de caráter nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que, em 2004 reuniu diversos desses movimentos autônomos de mulheres já existentes. Este Movimento se define como autônomo, de base, de classe, feminista, camponês e popular (MMC, 2018, p.6).

Nesse sentido, o Movimento nasceu para evidenciar as temáticas das mulheres do campo, que até então não se sentiam abraçadas em outros tipos de movimentos, que – embora tivessem pautas específicas – não compreendiam as nuances das demandas das mulheres camponesas (Calaça, 2021). Resignificou-se, inclusive, a definição de camponês, servindo “para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potências, dentro do movimento” (Boni, 2013, p.72), levando em conta a pluralidade dos indivíduos para os quais o movimento quer contemplar, no caso as mulheres do campo, adotando-se um “significado de luta para o conceito de campesinato e a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia” (Boni, 2013, p.74).

Ao unir três aspectos: produção, território e um projeto político, o MMC agrupa mulheres de diferentes segmentos, em torno de uma mesma categoria (Táboas, 2014), sendo este composto por mulheres camponesas, descritas como aquelas que, de uma forma ou de outra, produzem o alimento e garantem a subsistência da família, isto é, agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseira, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadoras artesanais, sem-terra e assentadas.

Para o MMC, o Feminismo Camponês e Popular expressa o percurso e as experiências das mulheres camponesas, refletindo as questões de gênero, raça, classe, etnia, evidenciando a luta e a crença na superação dessas opressões. Tal proposta teórico-prática de feminismo conversa com outras opressões que afetam as mulheres, além da opressão de gênero. Um olhar interseccional pode nos possibilitar compreender que a combinação de opressões que atingem as mulheres camponesas ajuda a estruturar o capitalismo (MMC, 2018).

Importa ressaltar ainda que o Feminismo Camponês e Popular não tem sua gênese na academia, e sim do diálogo entre teoria e prática oriundas dos movimentos de mulheres camponesas na América Latina, sendo considerado uma ferramenta de emancipação dessas mulheres. Seibert e Rodrigues (2017, p.15) salientam que se **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483**

trata de “uma construção prática e teórica, assentada na materialidade da vida das mulheres camponesas, indígenas e negras latino-americanas, encerrada em suas pluralidades e diversidades”.

Fontenele (2020) defende que a autonomia das mulheres é fundamental para a construção de uma agroecologia justa e sustentável, desse modo, busca-se na Psicologia a fundamentação para a emancipação dessas mulheres.

À luz da Psicologia Social, considerando a realidade rural, deve-se levar em conta as características desse espaço para compreender as dinâmicas sociais e de trabalho dessas comunidades (Scopin, 2020). A autora também destaca a importância de considerar o contexto rural nas intervenções psicossociais para promover a saúde mental das comunidades agrícolas.

Na ótica da Psicologia Social, Afonso (2021) explica que as relações de exploração e opressão – que também se perpetuam no campo – potencializam a humilhação social, constituída pelo impedimento político e pela reificação de pessoa. Isso porque a desigualdade nas relações sociais de gênero levam as mulheres a uma situação de subordinação e silenciamento e de reificação, por serem deslegitimadas como sujeitos e reduzidas a corpos disponíveis.

Desse modo, constata-se que um dos aspectos que torna o projeto do Feminismo Popular Camponês singular é a busca pela emancipação das mulheres como sujeitos coletivos, deixando de lado a concepção de libertação das mulheres, apenas, no que tange aos seus direitos individuais, de modo que o Feminismo Popular Camponês pode possibilitar a consolidação de uma psicologia descolonizada, politicamente territorializada e popular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muito se tem debatido sobre a unidade ou pluralidade do feminismo, considerando que as mulheres são muitas e diversas, sem suas necessidades e especificidades, de modo que a este movimento cabe unir todas as lutas das mulheres, abraçando e representando todas as pautas, formas de luta, identidades e do ser mulher.

No mundo do trabalho, as questões de gênero ainda hoje carecem de resoluções e avanços mais concretos, contemplando as diversas realidades. Nesse sentido, em um cenário mais recente, os movimentos sociais do campo, incluíram a partir da emergência das mulheres no campo das discussões e proposições de políticas, as questões de gênero relacionadas às ruralidades, buscando combater o atual sistema de desigualdades que se fundamenta em uma estrutura patriarcal, capitalista, racista e classista.

Nesse contexto, surge um feminismo popular camponês que preserva as experiências e práticas da vida cotidiana das mulheres camponesas, constituindo-se como uma proposta alternativa ao feminismo liberal hegemônico, que não compreende as particularidades do ser mulher.

Nessa seara, essa perspectiva mais plural do feminismo que as mulheres camponesas têm se ocupado em construir contribuem para a auto-organização dos movimentos sociais do campo, evidenciando a necessidade de se aliar a busca por um projeto popular para o Brasil e a emancipação das mulheres, reforçando que o feminismo não se limita a um papel social, mas se torna efetivamente um instrumento político.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. Respostas de movimentos sociais feministas à pandemia de COVID-19: notas prévias de pesquisa em psicologia social. **MovimentAção**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 209–215, 2021

ALTIERI, M. A. NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post covid-19 agriculture. **Agriculture and Human Values**, 37, 2020, 525-526.

ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. **Revista Sures**, n. 11, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 2, 2023.

BARBOSA, P. Z. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2007, p.163-185.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 98-115, 2020.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Minicódigo de direitos humanos**. 2010.

BONFIM, E. M. Históricos cursos de psicologia social no Brasil. **Psic. Soc.** 16(2),2004, 32-36.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**. n. 34/35, 2013, p. 67-88

BOTELHO, L.R.L.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Revista eletrônica: Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte v. 5 n. 11, 2011. p. 121-136.

CALAÇA, Michela. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 29–66, 2021. DOI: 10.53000/rr.v13i1.4433. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17016>. Acesso em: 26 maio. 2024.

CANDIOTTO, L. Z.P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 25, 2020.

CISNE, Mirla. **Serviço social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**(Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Recife: UFPE, 2004

COLET, D. S.; MOZZATO, A. R.; OLTRAMARI, A. P. Diferentes gerações e a gestão de suas carreiras: importância e potencialidades. In: Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho, 6, 2017. Curitiba. **Anais ...** [S.l.]: 2017

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, L. R. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Comunicação Científica**. Rio de Janeiro ,v. 34,n. 6,dez. 2007.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-13, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, P. L. P.; CUNHA, C. S.; ALVES, P. F. **Manual Revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2015.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/ NEAD, 2010, p. 28-78

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal : économie politique du patriarcat**. Paris: Syllepse, 1998, 180 p.

DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/11/24/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ESMERALDO, Gema G. “O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social”. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

EZZEDEEN, S. R.; BUDWORTH, M. H.; BAKER, S. D. The glass ceiling and executive careers: still an issue for pre-career women. **Journal of Career Development**, v. 42, n. 5, 2015, p. 355-369.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 47-71, 2004.

FERREIRA, Ana Paula Bittencourt. **Inserção das mulheres no mercado de trabalho e a evolução das vagas em creche no Rio Grande do Sul**. 2020

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 51-64, 2010.

FERGUSON, Susan. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social reproduction**. London: Pluto Press, 2019. 175

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 2017.

FONTENELE, Thaline Luize Ribeiro. Uma leitura ecofeminista e decolonial a partir do movimento das mulheres rurais. In: III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, 2020, Recife. **Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**. Recife, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/7250>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FRAGA AM; ROCHA-DE-OLIVEIRA S. Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. **Cad EBAPEB**, 2020, [Internet].

FUJIWARA, Luis. **Governo: substantivo feminino? Gênero e políticas públicas em governos subnacionais** 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV/EAESP, São Paulo.

GOIS, Pamela Cristina. O Feminismo Comunitário contra o Colonialismo. (entre) linhas: **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFOP**, v. 2, n. 1, p. 14-14, 2023.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Piracicaba, SP), v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

HILLENKAMP, Isabelle. NOBRE, Míriam. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temática**, 2018. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temática**, 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, p. 559-604, 2007

Hooks, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefant, 2019.

LIMA, Jsahara Costa Pereira. **A licença-maternidade no Brasil como fator agravante na concretização da igualdade de gênero no mercado de trabalho**. 2021.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MASSON, Dominique; CONWAY, Janet. La Marche mondiale des femmes et la souveraineté alimentaire comme nouvel enjeu féministe. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 36, n. 1, p. 32-47, 2017

MEYER, D. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. Movimento: **Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo camponês e popular** (Cartilha). Passo Fundo: Associação nacional de Mulheres Camponesas, 2018. **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora**, v. 6, n. 11, p.712-734, jul./dez. 2024 – ISSN 2674-9483

NELSON, Julie. Feminism and Economics. **The Journal of Economic Perspectives**, 9(2), 131-148, 1995.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um Novo Marco Civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos - SUR** 24. v.13, n.24,2016, p. 99 -104

ROCHA, R. V. de S. . O ensino de psicologia social na formação em serviço social: uma experiência em paralaxe. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 17, n. 49, p. 654–676, 2024.

ROSO, A., GUARESCHI, P. A., HERNANDEZ, A. R. C., NOVAES, A. D. O., ACCORSSI, A., & GONÇALVES, C. D. S. **Mundos sem fronteiras: representações sociais e práticas psicossociais**. ABRAPSO, 2021

SCOPIN, J. **Psicologia social do trabalho e ruralidades: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora ABC, 2020.

SCOTT, Peter. **The meanings of mass higher education**. McGraw-Hill Education (UK), 1995.

SEIBERT, Iridiani Graciele. RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o Marxismo Latino-Americano. **Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária| IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Curitiba, Paraná, 2017.

SILIPRANDI, Emma. **Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2017.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 3, p. 229-242, 2018.

SOFFIATTI, P. **Conciliando maternidade e carreira: o papel dos recursos organizacionais e pessoais**. Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2022, Rio de Janeiro.

STEENBOCK, W., COSTA E SILVA, L. D., OZELAME DA SILVA, R., RODRIGUES, A. S., PEREZ-CASSARINO, J., & FONINI, R. **Agrofloresta, ecologia e sociedade**, 2013.

TÁBOAS, Ísis. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação. (Mestrado) – Programa de PósGraduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2014.

VAN DER PLOEG, Jan D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of an agro-ecological agriculture. **Agroecología Política**, v. 6, pp. 47-54, 2011.